



# WEBINAR

**SEMANA DO SIMPLES NACIONAL**





# WEBINAR

SEMANA DO SIMPLES NACIONAL



**Tales Freitas**

Auditor Fiscal da SEFAZ/CE

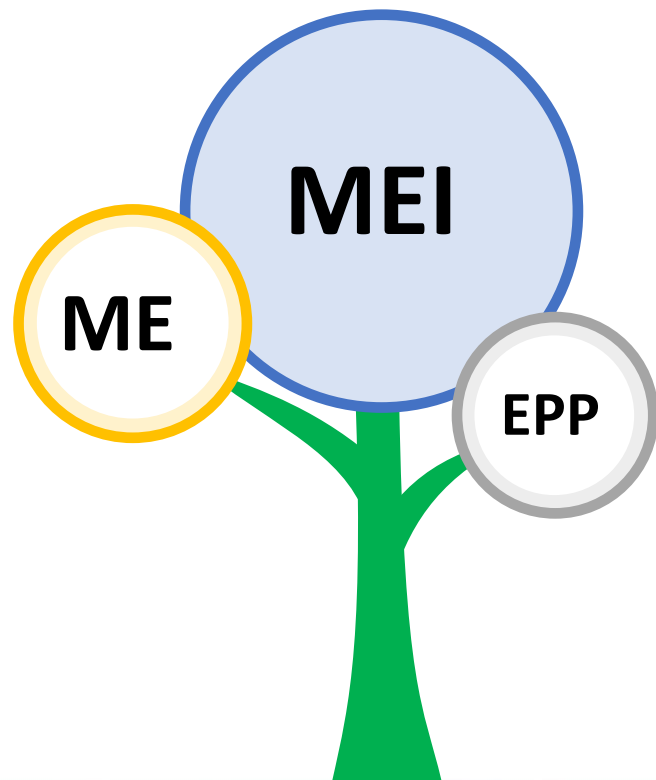
**Tema:**

**Cruzamentos e  
Fiscalização no  
Simples Nacional**

# Sumário da Apresentação

- ❑ Universo do Simples Nacional – SEFAZ/CE
- ❑ Legislação Aplicável
- ❑ Fonte de Dados – Geração de Cruzamentos e Malhas
- ❑ Omissão PGDAS-D/DEFIS e Divergência de Estoques DEFIS
- ❑ Diferença PGDAS-D x Documentos Fiscais x DIMP
- ❑ Eventos 379 e 380
- ❑ Malha Fiscal PGDAS-D Retida
- ❑ Segregação e Qualificação Tributária Indevida (em construção)

# Contribuintes ativos do SN – Universo de Atuação



Total: 403.659

 **Microempreendedor individual**  
307.447

 **Microempresa**  
71.665

 **Empresa de Pequeno Porte**  
24.547

Correspondem a aprox. 93% do total de contribuintes da SEFAZ

# Contribuintes do SN – Arrecadação 2022



R\$ 25 MM



R\$ 787 MM



**Total: R\$ 813 MM**

Aprox. 5% da arrecadação do ICMS

Fonte: <https://www.sefaz.ce.gov.br/boletim-de-arrecadacao/>

# Legislação Aplicável

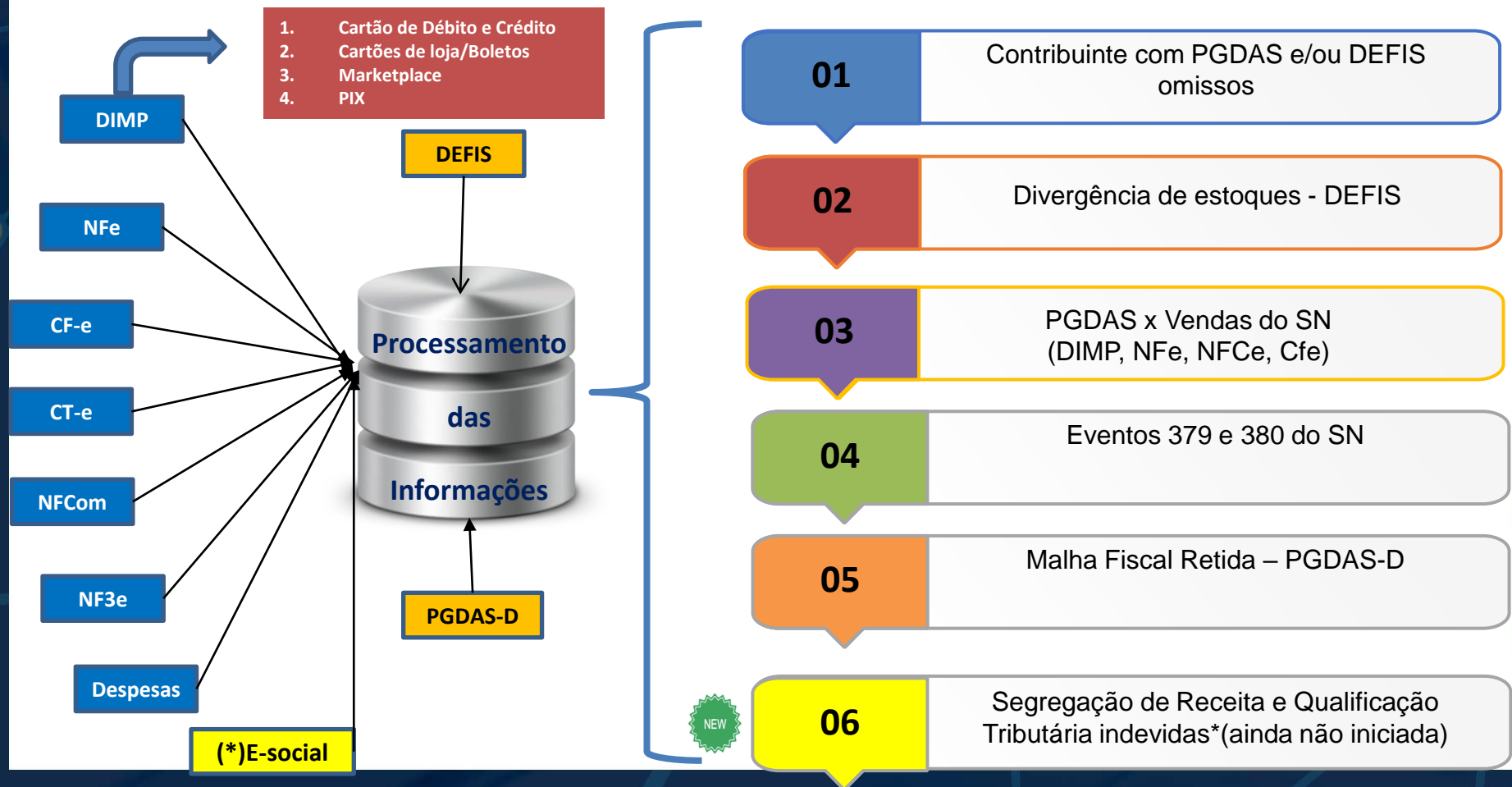


- Lei Complementar nº 123/2006
- Resolução CGSN nº 140/2018
- Instruções Normativas nº 79/2019/ nº 63/2021 /nº 64/2022 (\*) / nº 24/2023
- Instrução Normativa nº 84/2020
- Instrução Normativa nº 13/2008
- Convênio ICMS nº 134/2016 e alterações posteriores
- Resolução BACEN nº 80 e 81/2021

**DIMP e  
Instituições  
de  
Pagamento**

**(\*) revogada antes de produzir efeitos**

# Fonte de Dados e Principais Controles Resultantes



**OMISSÃO DE PGDAS-D/DEFIS**



**PRazos  
PARA  
ENTREGA**

**OMISSÃO**

**CONSEQUÊNCIAS**

**PGDAS-D**

**Até o dia 20 do mês subsequente do  
auferimento/recebimento da receita bruta**

**DEFIS**

**Até o dia 31 de março do ano calendário  
subsequente ao da ocorrência dos fatos  
geradores**

- ☐ RFB aplica a Multa por Atraso de Entrega da Declaração (MAED) – PGDAS-D
- ☐ Crítica para envio do PGDAS-D em caso de não entrega da DEFIS
- ☐ Processamento dos cruzamento fica incompleto, podendo ser gerada notificação posterior ao envio
- ☐ **No âmbito estadual, o contribuinte que deixar de apresentar o PGDAS-D por 4 meses consecutivos poderá ser relacionado em Edital e, caso não transmita no prazo regulamentado, terá sua inscrição baixada de ofício – IN nº 77/2019.**

**Lembretes!!!**

1. o fato de não ter movimentação (atividade operacional) não dispensa a entrega das declarações.
2. Caso a notificação tenha sido indevida, algumas causas: cadastro desatualizado, arquivos não processados. Mandar email para [coate@sefaz.ce.gov.br](mailto:coate@sefaz.ce.gov.br)

# Modelo da Notificação

## Mensagem:

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA FAZENDA - COATE

**NOTIFICAÇÃO PRÉVIA VISANDO À AUTORREGULARIZAÇÃO**

Identificação do sujeito passivo

Nome empresarial: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

Períodos Abrangidos pela Notificação: 2020

Teor da notificação e orientações

Fica o contribuinte notificado a verificar omissão de PGDAS-D no ano de 2020 para os meses 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12. O não atendimento da presente notificação ensejará ao Estado do Ceará, conforme art. 39, IV da IN 77/2019, alterar a situação cadastral do contribuinte de ATIVO para ATIVO em EDITAL, tendo como consequência a denegação de documentos fiscais no ambiente nacional das NFe, até regularização da omissão dos PGDAS-D. Dúvidas somente pelo e-mail coate@sefaz.ce.gov.br ou pelo tel. 3108.0597. USE MÁSCARA PARA PREVENIR A COVID-19.

Prazo para autorregularização

30 dias

Fundamentação legal: Art. 38, § 2º, inciso II da RCGSN nº 140/2018.

Identificação da autoridade administrativa

Nome: [REDACTED]

Cargo/Função: Coordenador do COATE/SEFAZ

**DIVERGÊNCIA ESTOQUE DEFIS**

## Avaliação do Estoque, conforme IN nº 46/2013 (SEFAZ)

- ☐ Art. 5º Ao final de cada período de apuração do imposto ou a qualquer momento quando a legislação assim determinar, **o contribuinte deverá promover o levantamento e avaliação dos seus estoques.**
- ☐ Art. 6º As mercadorias, matérias-primas, produtos, insumos, materiais de embalagem e os bens existentes em almoxarifado serão avaliados pelo custo de aquisição.
- ☐ Art. 7º Os produtos em fabricação e acabados serão avaliados pelo custo de produção.
- ☐ Art. 8º **Para efeito de avaliação dos estoques**, o valor das mercadorias, produtos ou bens existentes no encerramento do período de apuração corresponderá ao **custo médio ponderado móvel ou ao custo de aquisição ou de produção mais recente, ou, na falta destes, com base no preço de venda, subtraída a margem de lucro.**
- ☐ Observadas outras previsões da IN.

## CUIDADO



- ☐ O ESTOQUE FINAL DE UM ANO DEVE CORRESPONDER AO ESTOQUE INICIAL DO ANO SEGUINTE;
- ☐ O AJUSTE INDISCRIMINADO DO ESTOQUE, SUB OU SUPERVALIANDO, DE MODO A EVADIR-SE DA TRIBUTAÇÃO, É FORTE INDÍCIO DE FRAUDE CONTÁBIL.

# Modelo da Notificação

## Mensagem:

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA FAZENDA - COATE

### **NOTIFICAÇÃO PRÉVIA VISANDO À AUTOREGULARIZAÇÃO**

Identificação do sujeito passivo

Nome empresarial: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

Períodos Abrangidos pela Notificação: 2021

Teor da notificação e orientações

Fica o contribuinte notificado a corrigir a diferença encontrada no estoque declarado na DEFIS.

Em razão de ter sido constatado que durante o ano-calendário de 2021 o Estoque Inicial declarado na DEFIS esta diferente do Estoque Final declarado em 2020. Estoque Final de

2020=355345.13 Estoque Inicial de 2021=0.00 Diferença=355345.13. Dúvidas somente pelo e-

mail coate@sefaz.ce.gov.br ou pelo tel. 3108.0597.

Prazo para autorregularização

90 dias

Fundamentação legal: Art 72 Resolução CGSN 140/2018 .

Identificação da autoridade administrativa

Nome: [REDACTED]

Cargo/Função: Coordenador da COATE/SEFAZ

# **Diferença DIMP x Documentos Fiscais x PGDAS-D**

# DIMP – Declaração de Informações de Meios de Pagamentos

## O que é a DIMP e quem deve transmiti-la?

- É uma obrigação acessória a cargo de instituições e intermediadores financeiros\* e de pagamento, integrantes ou não do SPB, e intermediadores de serviços e de negócios comerciais (marketplace) – **ADI 7276\***

## Qual a regulamentação da DIMP?

- Convênio ICMS nº 134/2016 (observadas as disposições na legislação tributária estadual)

## Quais informações constam na DIMP?

- As principais informações são relacionadas às transações mercantis com cartões de débito, crédito, de loja (private label), marketplace, boletos e PIX **realizadas por PJ e PF, ainda que não possua CGF.**

## Como são tratadas as informações para o MEI?

- MEI – Considera-se a soma da Movimentação do CPF e CNPJ. RES CGSN nº 140/2018 – Art. 100 § 9º

## Como são tratadas as informações para ME/EPP?

- Simples Nacional – Movimentação do CNPJ. Possibilidade de sócio ser alcançado como contribuinte por habitualidade/volume.

# Instituições de Pagamentos

- Instituição de pagamento (IP) é a pessoa jurídica que viabiliza serviços de compra e venda e de movimentação de recursos, no âmbito de um arranjo de pagamento, **sem a possibilidade de conceder empréstimos e financiamentos a seus clientes.**
- Regulada pelas Resoluções nº 80 e 81 de 2021 do BACEN.
- Instituições de pagamento não são instituições financeiras (não compõem o SFN), portanto não podem realizar atividades privativas destas instituições.
- Exemplos de IP: Nubank, PicPay, PayPal, Mercado Pago, PagSeguro, etc..

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/instituicaopagamento>



## Exemplo 1:

PA – 01/2023; Empresa comércio varejista

NFe e CFe emitidos: R\$ 50.000,00

DIMP (Cartão débito/crédito e PIX): R\$ 80.000,00

PGDAS-D: R\$ 50.000,00

- **Diferença:** Sempre que o maior valor apurado (Documentos Fiscais e DIMP) for superior ao Valor declarado PGDAS-D
- Nesse caso, **o contribuinte é notificado a incrementar a receita em, no mínimo, R\$ 30.000,00, bem como recolher a multa.**

**OBS: É de se esperar que o valor dos documentos fiscais emitidos seja sempre superior ou, pelo menos, igual ao valor da DIMP, tendo em vista outros recebimentos em espécie não computados nos meios de pagamento.**

## Exemplo 2:

PA – 01/2023; Empresa comércio varejista

NFe e CFe emitidos: R\$ 50.000,00

DIMP (Cartão débito/crédito e PIX): R\$ 80.000,00

PGDAS-D: R\$ 100.000,00

- **Diferença:** Sempre que o maior valor apurado (Documentos Fiscais e DIMP) for superior ao Valor declarado PGDAS-D
- Nesse caso, **o contribuinte não é notificado, pois a declaração do PGDAS-D foi superior a R\$ 80.000,00.** Como declarou valor a maior, também não arcará com a multa, ainda que tenha havido a falta de emissão de documento fiscal.

# Modelo da Notificação

## Mensagem:

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA - COATE  
**NOTIFICAÇÃO PRÉVIA VISANDO À AUTOREGULARIZAÇÃO**

### Identificação do sujeito passivo

Nome empresarial: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

Períodos Abrangidos pela Notificação: 3/2023

### Teor da notificação e orientações

Fica o contribuinte notificado a verificar a diferença encontrada, por ter no mês 3 de 2023 apresentado divergências de receitas declaradas no PGDAS-D. Conforme levantamento nos documentos fiscais de vendas (NFe, Nfce e CFe) ou Declaração das Informações de Meios de Pagamentos (DIMP), o que for maior, foi apurado a venda de R\$ 25670.50. No PGDAS-D foi declarado a venda de R\$ 0.00, o que gera uma diferença de R\$ 25670.50, sendo já considerada as devoluções nos termos do ART. 17 da Resolução CGSN no. 140/2018. Dúvidas somente pelo e-mail [coate@sefaz.ce.gov.br](mailto:coate@sefaz.ce.gov.br) ou pelo tel. 3108.0597. USE MÁSCARA PARA PREVENIR A COVID-19. Detalhamento do Cálculo: Valor Venda R\$ 25670.50 Valor DIMP R\$ 13027.00 Valor Devolução R\$ 0.00 Valor Considerado R\$ 25670.50 Venda PGDAS-D R\$ 0.00 Diferença R\$ 25670.50.

### Prazo para autorregularização

30 dias

Fundamentação legal: LC 123/2006, art. 3º. § 15; art 18, caput e §§ 1 e 4º. a 5º. I. IN 13/2008 e 27/2014

### Identificação da autoridade administrativa

Nome: [REDACTED]

Cargo/Função: Coordenador da COATE/SEFAZ

# Modelo da Notificação - MEI



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria da Fazenda

## TERMO DE INTIMAÇÃO

C.G. [REDACTED]

AV B (CJ CEARA), [REDACTED]

Bairro.: CONJ CEARA

FORTALEZA

- CE - CEP: [REDACTED]

Prezado Microempreendedor,

Foi identificado no período de janeiro a dezembro de 2023, operações de vendas por meio das Instituições de Meios de Pagamento (DIMP), no CNPJ do Microempreendedor acima identificado e/ou no CPF do titular de valor superior a R\$ 97.200,00.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Valor CPF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Canc elado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor CNPJ	2330 6,00	2254 2,00	2588 0,00	2585 5,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Canc elado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Conforme demonstrativo no quadro a receita bruta acumulada no ano em curso de R\$ 97583,50 ultrapassa o limite anual de faturamento de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) em mais de 20%.

Por consequência, o Microempreendedor deverá comunicar seu desenquadramento do SIMEI no Portal do Simples Nacional até o último dia do mês de Agosto/2023, fato que passará a recolher os tributos devidos pelas regras do Simples Nacional a partir de janeiro/2023.

Convém lembrar, caso não seja efetuado o desenquadramento do SIMEI, o Microempreendedor será incluído em edital no âmbito estadual.

Ressaltamos que as dúvidas devem ser encaminhadas para [coate@sefaz.ce.gov.br](mailto:coate@sefaz.ce.gov.br). Recursos via TRAMITA.

Base legal: Artigo 18-A §§ 1º e 7º da Lei Complementar nº 123/ 2006 e art. 115, da Resolução CGSN nº 140/2018. Instrução Normativa estadual nº 11/2015.

Coordenadoria de Atendimento e Execução da Secretaria da Fazenda

# **EVENTOS 378, 379 E 380**

# Conceitos

**Evento 379** Permite o contribuinte operar com até 20% de Prejuízo.

**Evento 380** Contribuinte só pode comprometer até 80% do ingresso de recursos com compras para Industrialização e comercialização.



**Evento 378**  
**Justificativa/Comprovação de Recursos**

**excluído o ano  
de início da  
atividade**



**DATA DE INICIO DE ATIVIDADE**

**=**

**DATA DE ABERTURA DO CNPJ  
(RES. CGSN nº140/2018 Art. 2º, V)**

## Dados (Rubricas)

- **Evento 378** – Não Tem.

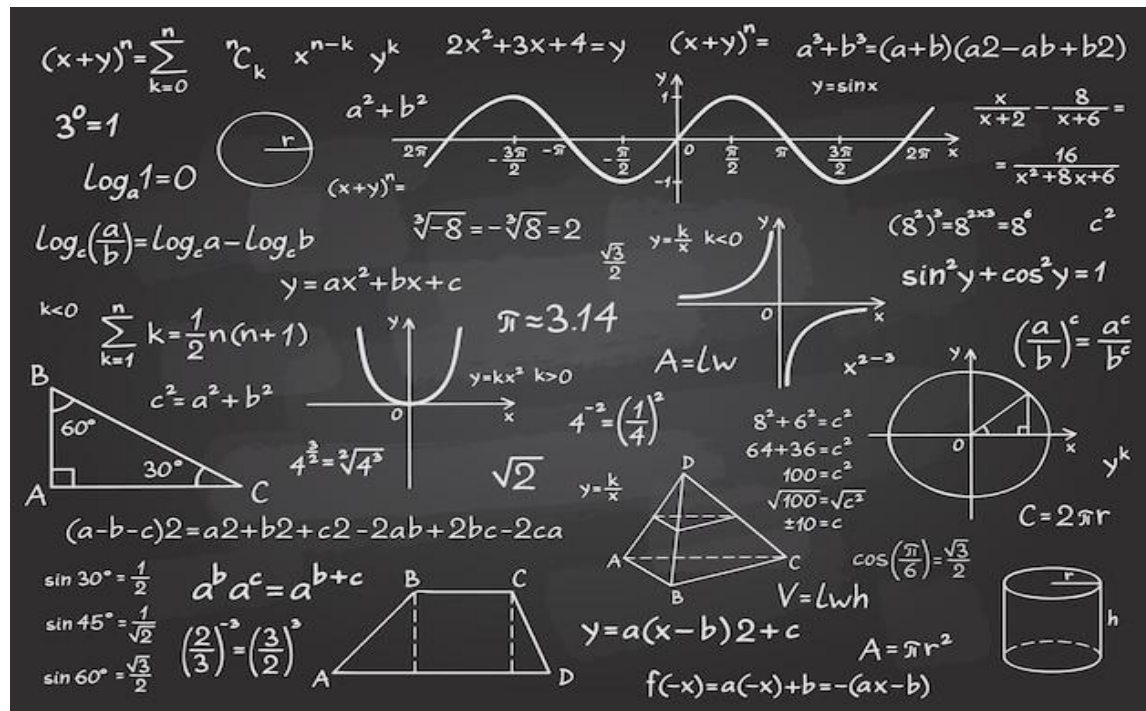
- **Evento 379**

- IN nº 63/21 – RLV, CMV, DR. (Deduz valor ICMS Operações)

- IN nº 24/23 – RLV, CMV, Desp. Operacional, Impostos Pagos, DR. (Não Deduz valor ICMS Operações e RLV apura venda de ativo imobilizado automaticamente)

- **Evento 380** – RLV, Compras Liquidadas.

# CÁLCULOS





# CÁLCULOS

- **Evento 378** – Justificativa/Comprovação de Recursos
- **Evento 379**
  - IN nº 63/21:  $RLV(\text{Minima}) = CMV / 1,20$
  - IN nº 24/23:  $RLV(\text{Minima}) = ((CMV + \text{Despesas Op. e Não Op.}) / 1,20)$
- **Evento 380** –  $RLV(\text{Minima})$ : Compras Liquidadas / 0,8.

# CÁLCULOS

## Resumo Evento 379 e 380 Simples Nacional

CNPJ	Razao Social	Regime R..	Municipio	Ano	379	380	Rec Liq Ven(RLV)(+)	CMV(-)	DRM
		EPP	FORTALEZA	2021	S	S	R\$731.441,00	R\$784.951,26	R\$-158.110,94

(CMV + Despesas)/1,2 =

RLV mínimo

comporta até 120%

% 379	% 380	RLV Mínimo	Ajuste RLV
122,13%	107,32%	R\$981.189,08	R\$249.748,08

Empresas

CNPJ

## Detalhamento dos Cálculos

Rec Liq Ven(RLV)(+)	CMV(-)	Desp Ope nao Ope(-)	= DR
R\$731.441,00	R\$784.951,26	R\$104.600,68	

comporta até 80%

Compra Líquida / 0,8 = RLV Mínimo

CM(+)	Dev Compras(-)	Tr Rec Liq(+)	Tr Exp Liq(-)	Boni Rec(+)	Boni Exp(-)	Est Final(-)	Est Inicial(+)	Estoque	= CMV
R\$822.036,68	R\$37.085,42	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	R\$0,00	R\$0,00	DEFIS	

Compras(+)	Compra Comun(+)	Compra Ativo(-)	Compra Uso Cons(-)	= CM
R\$797.660,50	R\$24.376,18	R\$0,00	R\$0,00	

Ano

2021

Vlr Ven Imob(+)	Venda(+)	Origem	Ingresso Recursos(+)	= RLV
R\$0,00	R\$731.441,00	PGDAS	R\$0,00	

CNPJ

Desp Comunicacao(+)	Desp Energia(+)	Desp Pessoal(+)	Compra Uso Cons(+)	Desp DEFIS(+)	Desp Tributaria(+)	Impostos Pago(+)	= DESP OPE N OPE
R\$24.376,18	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$77.123,79	R\$3.100,71	

Valor Recurso	Compra Líquida	Rec Liq Noti..	Diferenca V..	Saldo Multa	CNAE	Data Notifi..	Termo Excl..
R\$0,00	R\$784.951,26	Nulo	Nulo	Nulo		Nulo	Nulo

# NOTIFICAÇÃO DTe - SN



- Realizada via DTe-SN, com prazo de 90 dias da ciência, para a autorregularização mediante o ajuste da receita e o pagamento da multa autônoma, se devido.
- **Ciência Efetiva:** realizada no dia da consulta da notificação, antes do prazo final da ciência tácita.
- **Ciência Tácita:** efetuada automaticamente após os 45 dias corridos da data da disponibilização da mensagem no DTE-SN, sem consulta realizada pelo contribuinte.

# Modelo da Notificação

Mensagem:

## Evento 380

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA FAZENDA - COATE

### NOTIFICAÇÃO PRÉVIA VISANDO À AUTOREGULARIZAÇÃO

Identificação do sujeito passivo

Nome empresarial: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

Períodos Abrangidos pela Notificação: 2020

Teor da notificação e orientações

Fica o contribuinte notificado do início do processo de possível exclusão do Simples Nacional por ter no ano de 2020, comprometido mais de 80%(oitenta por cento) dos ingressos de receitas com compras para a empresa. RLV=R\$ 249156.50 e Compras=R\$ 581521.38 .Caso a empresa já tenha solicitado a alteração de regime tributário, ou sob ação fiscal no ano em questão, desconsiderar essa notificação. Alertamos que essa exclusão impede a opção por 3 anos ao SIMPLES a partir da data de exclusão.Receitas sujeitas à ST pagarão 10% de multa do ICMS, conforme Art. 881-B do DEC. 24.569/97 e I.N. 63/2021.Eventuais recursos podem ser feitos pelo sistema TRAMITA.

Prazo para autorregularização

90 dias

Fundamentação legal: Art. 29 inciso X da Lei 123/2006 e IN 63/2021.

Identificação da autoridade administrativa

Mensagem:

## Evento 379

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA FAZENDA - COATE

### NOTIFICAÇÃO PRÉVIA VISANDO À AUTOREGULARIZAÇÃO

Identificação do sujeito passivo

Nome empresarial: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

Períodos Abrangidos pela Notificação: 2020

Teor da notificação e orientações

Fica o contribuinte notificado a autorregularização dos tributos do Simples Nacional, omitidos em razão de ter sido constatado que durante o ano-calendário de 2020, o valor das despesas pagas superaram em 20% o valor de ingressos de recursos no mesmo período. RLV =R\$ 249156.50 CMV =R\$ 381990.36 . Caso a empresa esteja sob ação fiscal no ano em questão, desconsiderar esta notificação. O não atendimento poderá ensejar exclusão do Simples Nacional. Receitas sujeitas à ST pagarão 10% de multa do ICMS, conforme Art. 881-B do DEC. 24.569/97 e I.N. 63/2021.Eventuais recursos podem ser feitos pelo sistema TRAMITA.

Prazo para autorregularização

90 dias

Fundamentação legal: inc. IX, art 29 da LC nº 123/2006, art. 71-A, § 2º, inc. II da Lei 12.670/96 e IN 13/2008.

Identificação da autoridade administrativa

# AUTORREGULARIZAÇÃO



**1. AJUSTE DAS RECEITAS  
+ PAGAMENTO DA MULTA,  
QUANDO DEVIDO;**

UTILIZAR O MÊS 12 DO  
ANO DE REFERÊNCIA  
DO EVENTO, QUANDO  
NÃO SOUBER O MÊS  
DA OMISSÃO.

**2. AJUSTE DE ESTOQUES  
(EVENTO 379)**



**3. CONTESTAÇÃO  
DEFERIDA**

Os saldos, inicial e final, de  
estoque devem ser consistentes  
ao longo dos períodos.

# CONTESTAÇÃO - INSTRUÇÃO PROCESSUAL



Realizada via TRAMITA, no prazo de 90 dias da ciência da notificação via DT-e.

## REQUISITOS MÍNIMOS:

- I - requerimento eletrônico preenchido;
- II - notificação recebida;
- III - defesa fundamentada;
- IV - documentos que comprovem o fato alegado.

OBS: Eventuais esclarecimentos, questionamentos e dúvidas, que não careçam de formalização processual, poderão ser encaminhados via e-mail: [coate@sefaz.ce.gov.br](mailto:coate@sefaz.ce.gov.br)

# CONTESTAÇÃO – COMPROVAÇÃO AQUISIÇÕES/INGRESSO DE RECURSOS



Os valores supridos por sócios, acionistas, empresas ligadas e terceiros somente serão aceitos caso se demonstre, mediante documentação hábil e idônea:

- I - a efetividade do ingresso de valores no patrimônio da empresa;
- II - a origem dos recursos do patrimônio do supridor; e
- III - a coincidência entre as datas e valores com as importâncias supridas.



# MULTAS - DIFERENÇA DIMP X Documentos Fiscais x PGDAS-D



**SOMENTE OCORRERÁ QUANDO NO MÊS DE APURAÇÃO:**

1. Venda considerada (maior valor entre DIMP e Documento Fiscal) < PGDAS-D
- ❖ Operações Tributadas: multa de 30% sobre o valor omitido.
  - ❖ Operações ST ou não tributada: multa de 10% sobre o valor omitido.

**REDUÇÃO DE 70% QUANDO RECOLHIDAS NO PRAZO DE 90 DIAS DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO DE AUTOREGULARIZAÇÃO.**



# MULTA – Eventos 379 e 380



## **SOMENTE OCORRERÁ QUANDO NO ANO CALENDÁRIO:**

1. Contribuinte incorrer no evento 379; e/ou
2. Contribuinte incorrer no evento 380.

❖ Operações ST ou não tributada: multa de 10% sobre o valor omitido.

**REDUÇÃO DE 70% QUANDO RECOLHIDAS NO PRAZO DE 90 DIAS DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO DE AUTOREGULARIZAÇÃO.**

**Obs: Lei 12.670/96 foi alterada pela Lei 18.363/23 possibilitando a cobrança de 30% e desconto de até 95%, no entanto, a definição fica para a forma prevista em Regulamento (ainda não alterado).**

# MULTAS - PAGAMENTO

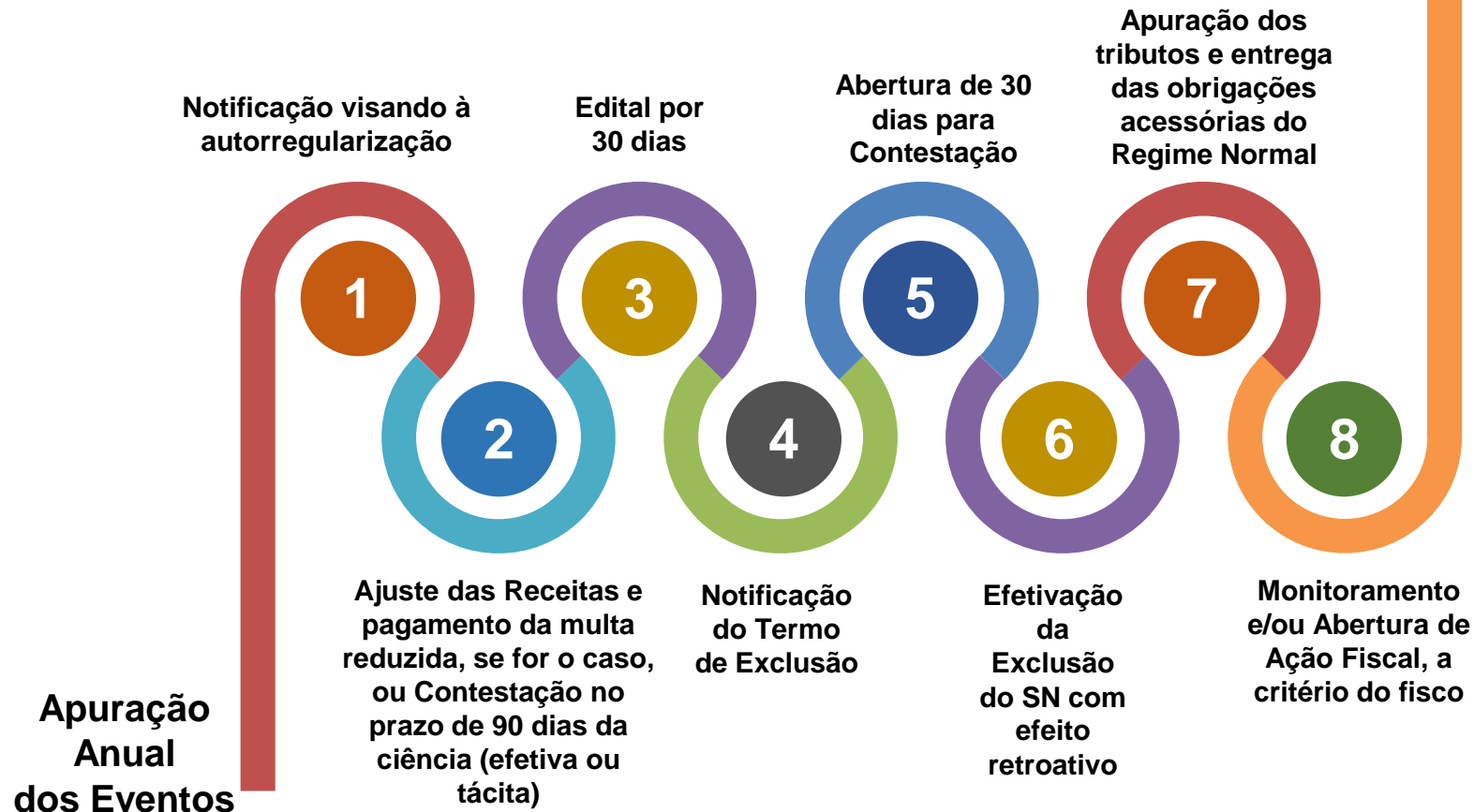


- ❖ **PAGAMENTO À VISTA NA INTERNET: EMISSÃO DAE CÓDIGO DE RECEITA 7323.**
- ❖ **PAGAMENTO PARCELADO: POR ENQUANTO, SOMENTE NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO E EXECUÇÃO.**

**O DAE deve ser informado no Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência (RUDFTO).**

# FLUXO – AUTOREGULARIZAÇÃO ATÉ A EXCLUSÃO

Eventos 379 e 380

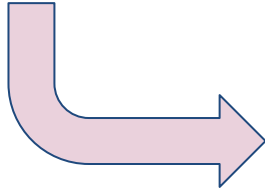


**MALHA FISCAL RETIDA – PGDAS-D**

## O que é a malha PGDAS-D?

O Malha PGDAS-D é um serviço hospedado no Portal do SN, que permite **reter declaração retificadora**, impedindo a sua **carga automática nos sistemas de cobrança**, em virtude de **apresentar valores inferiores aos informados em declaração anterior transmitida**, observados os parâmetros cadastrados.

Declaração anterior



Declaração Retificadora



# Qual é o parâmetro para minha declaração cair na malha PGDAS-D?

O parâmetro da malha é estabelecido pelo respectivo ente federado e pode ser uma diminuição nominal (absoluta) e/ou relativa (%) do **tributo** de sua competência

[🔗 Parâmetros » Alterar](#)

Malha - ICMS

Redução Nominal do Débito:

R\$

Redução Relativa do Débito:

%



# O que pode fazer com que eu caia na malha?



## Alteração das qualificações tributárias

- **Antecipação com Encerramento de Tributação:** ICMS
- **Substituição Tributária:** ICMS, ISS, PIS, Cofins
- **Tributação Monofásica:** PIS e Cofins
- **Exigibilidade Suspensa:** IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, ICMS, ISS, IPI e CPP
- **Imunidade:** ICMS, IPI e ISS
- **Isenção/Redução:** ICMS e ISS
- **Isenção/Redução Cesta Básica:** ICMS
- **Lançamento de Ofício:** ICMS e ISS

Diminui a receita bruta declarada



# Casos Práticos – Exemplos

Ex. Suponha que a SEFAZ determinou o parâmetro de redução nominal de ICMS no valor de R\$ 100,00 e redução relativa de 20%.

## **Caso 1:**

Declaração Inicial: R\$ 1.000,00 de ICMS

Declaração Retificadora: R\$ 850,00 de ICMS

Será retida?

## **Caso 2:**

Declaração Inicial: R\$ 1.000,00 de ICMS

Declaração Retificadora: R\$ 750,00 de ICMS

Será retida?



# Cai na malha...e agora???

O contribuinte poderá ter a sua declaração retida:

1

**Autorregularizada**, quando, intimado ou não, **enviar espontaneamente nova declaração retificadora** e desde que **esta não seja posteriormente retida em malha**, hipótese em que a retenção se tornará sem efeito.

2

**Liberada**, quando, de plano ou após análise das justificativas prestadas pelo **contribuinte via TRAMITA em assunto específico**, a SEFAZ verificar que cessaram ou inexistiam os motivos que determinaram sua retenção, aceitando a declaração.

3

**Rejeitada (Mediante Despacho Decisório):**

- a) quando a SEFAZ, independentemente da intimação, possuir elementos suficientes para confirmar as inconsistências ou os indícios de irregularidade;
- b) quando o contribuinte não atender à intimação no prazo previsto; ou
- c) quando intimado, o contribuinte não comprovar a regularidade das informações prestadas.

**A declaração retida ou rejeitada implicará na cobrança do tributo devido na declaração anterior, se não pago; ou na impossibilidade de compensação, se já pago. A declaração rejeitada deverá ser retificada, observado eventual impacto na RBT12.**

# **SEGREGAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA - INDEVIDOS**

# O que é a segregação da receita?

A Segregação está relacionada a qual atividade corresponde a receita auferida/recebida pelo contribuinte. Atualmente existem 43 atividades passíveis de segregação, com anexos e alíquotas correspondentes.

## >Receitas

0001

▼ Serviços de comunicação; de transporte intermunicipal e interestadual de carga; e de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros autorizados no inciso VI do art. 17 da LC 123, exceto para o exterior > Comunicação sem substituição tributária de ICMS (o substituto tributário deve utilizar essa opção)

UF	Receita (R\$)	Exigibilidade Suspensa, Imunidade, Isenção/Redução, Lançamento de Ofício					
		COFINS	CSLL	ICMS	INSS/CPP	IRPJ	PIS
PA ▼		▼	▼	▼	▼	▼	▼

\$ Calcular

# O que é a qualificação tributária?

**A partir da segregação da receita, o contribuinte poderá informar, para cada tributo, se for o caso , as seguintes qualificações:**

- **Antecipação com Encerramento de Tributação:** ICMS
- **Substituição Tributária:** ICMS, ISS, PIS, Cofins
- **Tributação Monofásica:** PIS e Cofins
- **Exigibilidade Suspensa:** IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, ICMS, ISS, IPI e CPP
- **Imunidade:** ICMS, IPI e ISS
- **Isenção/Redução:** ICMS e ISS
- **Isenção/Redução Cesta Básica:** ICMS
- **Lançamento de Ofício:** ICMS e ISS

Receita (R\$)		Exigibilidade Suspensa, Imunidade, Isenção/Redução, Isenção/Redução Cesta Básica, Lançamento de Ofício				
	COFINS	CSLL	ICMS	INSS/CPP	IRPJ	PIS
10.000,00			Isenção/Redução			
<b>Parcela de receita com isenção</b> <div>5.000,00</div>						

# Cruzamentos que passarão a ser realizados

**1**

**Segregação a nível de atividade x Documentos Fiscais**

**2**

**Qualificação tributária indevida (fase 1: Que não possuem previsão na legislação estadual):**

- **Antecipação com Encerramento de Tributação**
- **Isenção/Redução**
- **Isenção/Redução Cesta Básica**
- **\*Valor Fixo ICMS**

**3**

**Qualificação tributária indevida (fase 2: Demais qualificações x análise CFOP/CNAE/NCM)**

**OBRIGADO!**

